

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**ESCOLA URBANA QUE RECEBE ALUNOS DO CAMPO – COMO
TRABALHAR COM ESSA DIVERSIDADE?**

MATINHOS

2014

VANI SAUER

**ESCOLA URBANA QUE RECEBE ALUNOS DO CAMPO – COMO
TRABALHAR COM ESSA DIVERSIDADE**

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a obtenção da certificação do curso de
Especialização em Educação do Campo,
Setor Litoral da Universidade federal do
Paraná.

Orientadora: Profª Lucia Helena Alencastro

MATINHOS

2014

ESCOLA URBANA QUE RECEBE ALUNOS DO CAMPO – COMO TRABALHAR COM ESSA DIVERSIDADE?

Vani Sauer¹
Prof.^a Lucia Helena Alencastro²

RESUMO: O presente artigo relata a educação e suas diversidades culturais e aborda especificamente a escola urbana que recebe alunos do campo. O trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual Castelo Branco (E.E.C.B), município de Bom Sucesso do Sul onde a maioria dos estudantes são oriundos do campo. O enfoque foi o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e análise do currículo. Somam-se ainda reflexões a partir da experiência de um ano de trabalho nesta mesma escola. Nesta perspectiva objetiva-se contribuir com a equipe pedagógica no ato de desenvolver práticas pedagógicas e curriculares voltada para as diversidades dos seus alunos. A metodologia escolhida foi baseada na análise documental e relato de experiência. Ainda se considerou as leis oficiais e Diretrizes da educação do campo para fundamentar o trabalho e entender com maior profundidade a inclusão escolar.

Palavras chave: Diversidade Cultural; currículo; escola urbana e inclusão de alunos do campo.

¹ Aluna de pós-graduação em Educação do campo, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

² Mestre em Educação, Pós-graduada em Psicologia do trabalho e graduada em Psicologia. Tutora e Orientadora do curso de pós em Educação do campo, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

INTRODUÇÃO

As escolas estão passando por uma fase de adequação a uma maneira nova de trabalhar, em busca de uma educação inclusiva, voltada para as diversidades culturais que priorizem as diferenças de cada aluno valorizando o meio que ele vive.

Este trabalho vai abordar como a escola da cidade pode trabalhar com alunos do campo, neste caso, a partir da análise da Escola Estadual Castelo Branco, do município de Bom sucesso do Sul – Paraná. Coloca-se como objetivo contribuir com professores, equipe pedagógica e alunos do colégio Castelo Branco a refletir maneiras de englobar no currículo e nas práticas pedagógicas as diversidades, oriundas de alunos que vivem no campo e estudam na cidade.

A escola é um lugar onde todos devem ser tratados iguais com respeito às diferenças e neste caso, a diferença entre alunos que vem do campo e estudam com alunos da cidade na escola urbana e encontram-se inseridos em uma sala de aula, precisam ser contemplados com uma metodologia contextualizada e inclusiva, capaz de acolher a todos.

Neste sentido o presente trabalho visa a responder a seguinte pergunta: Como a Escola Estadual Castelo Branco poderá adequar seu currículo e incluir metodologias a fim de englobar a diversidade de estudantes oriundo da cidade e do campo?

Diante disso pretende-se estudar os documentos oficiais, como a Leis e Diretrizes da Educação do campo (LDBs) para conhecer a origem e a concepção que identifica a Educação do Campo, retirando especificamente os aspectos que tratam da importância e necessidade de desenvolver uma educação contextualizada, especialmente referências voltadas à realidade de estudantes de origem rural, mas que estudam na cidade.

Soma-se a análise de documentos da escola, como o Projeto Político Pedagógico, refletindo possíveis indicações e conteúdos voltados à diversidade cultural, especialmente no que concerne aos alunos do campo e se efetivamente engloba essa diversidade. Além disso, reflexões a partir da experiência vivenciada no decorrer de um ano de trabalho nessa mesma escola como docente na disciplina de espanhol.

Também será revisto o material didático da Educação do campo, usado durante o curso de especialização em Educação do Campo, confirmando as demandas de currículo, metodologias, avaliação para o povo do campo.

II. EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA HISTÓRIA

A educação do campo passou por muitos obstáculos até chegar aos dias atuais, onde as escolas estão inseridas no contexto dos alunos e trabalham de maneira diferenciada, as diversidades dos mesmos.

Na Constituição de 1824 a 1891 não era mencionado e nem se demonstrava preocupação com a educação do campo, deixando claro o desleixo com a população camponesa que era excluída. Em 1930 surgiu o ruralismo pedagógico e a inversão das classes emergentes – elite agrária X elite industrial - objetivo fixar o homem no campo, diminuindo o êxodo rural. (Diretrizes da Educação do Campo, 2006)

Segunda às Diretrizes da Educação do Campo, em 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural para expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo, depois em 1940 foi criada a Imprensa de Assistência Técnica em Expansão Rural e em 1950, cria-se a Companhia Nacional de Educação e o Serviço Social Rural, especifica a formação de técnicos responsáveis por projetos e programas de melhoria de vida, mas sem discutir os problemas do campo.

Em 1960, a LDB 4024/61, deixou a educação rural a cargo dos municípios nessa época começa aparecer às primeiras contribuições de Paulo Freire, no qual buscou valorizar, por meio de suas propostas, o sujeito do campo (alfabetização de adultos). Com a LDB 5692/71, a educação rural continua estagnada e de forma geral os políticos nem queriam discutir o ensino médio no campo, somente o fundamental que era precário. Somente na constituição de 1988, quando foi aprovada a educação como direito de todos e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96, houve um reconhecimento da diversidade do campo, levando em conta seu contexto, sua cultura, seu espaço, seu modo de viver, porque antes aos olhos dos oficiais, os trabalhadores da terra não precisavam ter educação. (Diretrizes da Educação do Campo, 2006, p, 18)

É possível considerar que no final de 1990, foram efetivados espaços de debates sobre a educação do campo. Em 1997 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária e em 1998 a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, e ainda criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Tudo para mobilizar a população para uma melhora na educação dos povos do campo, lançando o desafio de pensar a Educação do campo a partir de seu contexto.

Após 1998, foi realizada uma nova agenda Educacional que contemplava a educação do campo, onde o poder público passou a reconhecer a necessidade de uma legislação específica a educação dos povos do campo. Somente em 2002, o Conselho Nacional de Educação aprova as Diretrizes Operacionais para a educação das escolas do campo. (DIRETRIZES CURRICULARES EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2006, p.18).

Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, pensada para englobar todos os níveis de educação no campo, não somente o ensino fundamental. Ainda em 2004, foi realizado o II Plano Nacional de Reforma Agrária com a participação dos movimentos sociais, pensando em novas políticas públicas voltadas para a formação dos assentados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Em 2005, também se realiza o Primeiro Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do campo, e em 2008 o segundo, mostrando o grande interesse que a educação do campo tem despertado. No ano de 2007, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, (PROCAMPO), sustentando a implementação de cursos nas instituições públicas e cursos regulares para Educação do Campo.

Como podemos perceber muitos esforços já foram feitos para legitimar a Educação do campo, mas o enfoque dado pelos poderes públicos ainda é pouco, pois o público alvo dessa educação é minoria. E como sabemos a educação do campo enfrenta grandes desafios no século XXI, para a sua efetivação, muitas escolas foram retiradas das proximidades da comunidade e foram levadas para sede dos municípios. Também a escola permanece privilegiando somente a cultura do urbano, temos ainda a resistência por parte dos educadores que não se identificam com o campo.

2.1. Inclusão Escolar e Diversidade Cultural

Com os maiores avanços na educação, cada vez mais se fala em inclusão escolar e nós, como escola temos que estar preparados para trabalhar com a inclusão e as diversidades dos estudantes. Sendo ele um sujeito com direitos de ter educação igualitária. Cabe à escola preparar seu currículo de maneira que inclua os alunos e suas diversidades.

A inclusão, como prática educativa, "repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação" (Sasaki, 1999, p. 42).

Neste trabalho vamos falar de inclusão de alunos que tem como realidade a vida do campo, e estudam em uma escola urbana. Que precisam ter garantido seus direitos de ter educação contextualizada no local onde eles vivem.

A escola tem um papel fundamental, sendo ela a formadora de cidadãos para o mercado de trabalho, assim tem que se pensar nos indivíduos que a frequentam e vivem no campo. Ao fazer a formação inclusiva, trabalhando com a diversidade do aluno mora na "roça", tenho que assegurar o direito dele aprender na escola seu valor de agricultor e seu futuro profissional como homem do campo, como nas palavras dos autores:

O 1º artigo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) diz o seguinte: A educação é o conjunto de processos formadores que passam pelo trabalho, pela família, pela escola, pelo movimento social, e acrescenta: "Toda educação escolar terá que vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social." Esta tem que ser a marca de vocês. Porque, se alguém não pode renunciar a essa marca, são vocês que lutam pela terra, por outro modelo de produção e de educação básica. Não é só levar toda criança do campo à escola. Vocês defendem a alternância entre família, trabalho, escola, ou uma proposta de educação básica como síntese orgânica entre as experiências na vida familiar, produtiva, da rua, do campo, do trabalho e a projetos educativos. (ARROYO&FERNANDES, 1999, p.14).

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola novos posicionamentos. Neste caso englobar a diversidade de alunos do campo e da cidade, é um motivo a mais para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. Pois se as Diretrizes pede que a educação seja voltada ao mundo do trabalho, no campo a educação tem de ser voltado ao mercado de trabalho deles, que é a vida no campo, onde trabalham na agricultura, cultivo de frutas, piscicultura, pecuária, avicultura, dentre muitos outros, englobando isso nos currículos, vamos estar atendendo ao que se pede na LDB.

Esta pode ser uma característica fundamental da educação básica no campo, porque essa é uma característica dos movimentos sociais, ser feitos por sujeitos, valorizar as pessoas, respeitar suas diversidades, seus direitos. Então, a primeira característica: vincular a educação com os direitos e vinculando a educação com os direitos, vincular a educação com os sujeitos. Os sujeitos concretos, históricos, tratados como gente na escola. (ARROYO&FERNANDES, 1999, p.13).

Se tratando de Sujeitos do campo, trabalhar com um Tema Gerador, como proposto por Paulo Freire (1970) a fim de incluir todos os estudantes no processo de aprendizagem, por exemplo, trazer à sala de aula, exemplos de produção que estão dando certo na agricultura, que envolva os alunos na vida do campo. Isso como forma de incluí-los no processo e valorizar seu trabalho e sua forma de vida, estimulando assim o fortalecimento da sua cultura e, conseqüentemente, sua permanência no campo.

Assim, cada disciplina poderá trabalhar a vida do campo, refletindo sobre o que esta dando certo nos dias atuais, os problemas do êxodo rural, o que acontece com as pessoas que vão para as cidades. Mostrar para o aluno que ele poderá ter uma melhor qualidade de vida no campo, exemplificando com depoimentos de pessoas que se orgulham de sua identidade de trabalhador do campo. E se a escola não oferece uma boa educação no campo o aluno vai em busca para a cidade, como em muitos lugares acontece as migrações campo cidade em busca de estudos

(...) uma possível função da escola frente ao processo do Êxodo Rural. Observa-se que a Educação do Campo é abordada diferentemente da educação da cidade, pois se destina a outra população, possui diferentes metodologias e recursos, no entanto,

seu papel é fundamental no processo de formação do indivíduo independente do lugar onde ele mora. Considera-se que a educação necessita ter um caráter emancipatório que proporcione o conhecimento e a opção de escolha por parte de quem a recebe. (SIKORA, DENISE, p.55).

Sem dúvida é um desafio para escola e professores trabalhar com a diversidade de alunos do campo e da cidade em uma mesma sala de aula, mas através da cooperação de todos podemos fazer a educação inclusiva. Desenvolver um currículo diferenciado, que trabalhe as duas realidades, fazendo uma troca de conhecimento e garantindo uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Esse currículo diferenciado, capaz de oportunizar ao aluno algumas matérias abordando a vida no campo, como produção de frutas, hortaliças, produção de mel, etc,.. Como uma maneira de contextualizar com a prática, despertando o interesse inclusive dos alunos da cidade a fim de mostrar como viver melhor no campo, tirando seu sustento e cuidando do meio ambiente.

Contudo, podemos ver que é um desafio grande para a educação, mudar a visão de que a cidade é o melhor lugar para viver, mas defende-se que trabalhando mais o contexto campo, poderemos atingir bons resultados.

2.2. Escola Urbana e a Inclusão de Alunos do Campo

A educação no campo tem como significado um projeto que tem como objetivo levar a educação aos povos do campo, que são pessoas que têm uma cultura diferente dos povos das cidades. Devido ao difícil acesso a educação ou ainda uma educação de qualidade, as pessoas deixam de estudar e forçam a migração para as cidades em busca de estudos e emprego.

E ao trabalhar a inclusão escolar temos que ter o cuidado como nos diz, VEIGA & LOPES (2011), “Do mesmo modo, pode-se compreender que muito frequentemente inclui-se para excluir, isso é, faz-se uma inclusão excludente.” Fechar as escolinhas rurais e incluir os alunos do campo na escola da cidade, pode ser uma maneira de excluir, pois na escola urbana, não vão ter a educação contextualizada com o meio em que eles vivem.

Trabalhar com esses povos é um desafio para os professores, pois muitos desconhecem a realidade rural, e na educação precisamos trabalhar uma temática voltada ao cotidiano dos alunos, que seja do conhecimento deles para facilitar o aprendizado. Quando a escola é urbana e recebe alunos do campo, essa preocupação de trabalhar a realidade deles continua, cabendo aos professores e equipe pedagógica ver o currículo e fazer adaptações, para poder dialogar e contextualizar com as duas realidades.

A experiência de um ano trabalhando junto a Escola Estadual Castelo Branco, com o projeto CELEM, de espanhol é um bom exemplo destas dificuldades. Inicialmente, foi realizada uma investigação junto aos alunos para conhecer sua realidade, mas infelizmente não foi possível levar em conta a diversidade da maioria dos alunos, devido à falta de formação e habilidades para tal. Como o espanhol não dispõe de material didático, o professor é responsável por desenvolvê-lo, com isso, poderia ter trabalhado com textos que se aproximavam da realidade dos alunos, fazer conversas com o espanhol voltado para o campo.

A formação dos professores para as escolas do campo teria que ter uma parte específica do campo, o professor se identificando com o campo. Pois muitos não conhecem a vida rural e ao se deparar com alunos do campo, não vão saber trabalhar contextualizado, fazer uma atividade incluindo a vida de campo. Exemplificando isso nos relata ARROYO:

Paulo Freire já nos dizia tanto: "Todos nós temos que ser aprendizes. O bom professor é aquele que aprende a cada dia". ... Todas essas qualidades são fundamentais na formação de professores. Se vocês forem fiéis aos valores do campo, vocês estarão prontos para serem educadores do campo. A melhor formação de um educador é ser fiel às matrizes culturais a que nos referíamos antes, estar sintonizado com o movimento social e cultural. (ARROYO&FERNANDES, 1999, p.21).

Para Freire (1970) a partir da realidade dos sujeitos envolvidos é possível valorizar seus conhecimentos, sua cultura, o modo de vida, as condições sociais de existência e trabalhar em busca de uma compreensão crítica da totalidade.

Compreender o lugar da escola na educação do Campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar, e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo, hoje. A escola precisa assumir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e militantes sociais. (CALDART, 2005, p.30, apud, PIRES et AL, 2010,p. 40).

Mas, para que tudo se torne uma grande realidade e a educação do campo tenha um significado maior na prática, precisamos do empenho de todos que trabalham nas escolas de campo, direção, equipe pedagógica, professores, para que a verdadeira educação do campo, voltado ao homem do campo aconteça. E também da ajuda dos poderes públicos para que volte a atenção à população rural, disponibilizando recursos de que as escolas necessitam para desenvolverem uma educação direcionada ao meio em que eles vivem.

III. ESCOLA ESTADUAL CASTELO BRANCO- BOM SUCESSO DO SUL

O Colégio Estadual Castelo Branco Ensino Fundamental e Médio, código 027, localizado no centro do município de Bom Sucesso do Sul, na Rua Cândido Merlo, S/Nº - CEP: 85.515-000, apresenta uma distância de 30 km do Núcleo Regional de Educação (NRE). Tem como entidade mantenedora o Governo do Estado do Paraná. Iniciou suas atividades com a junção da Escola Particular São José, administrada por irmãs da Congregação Santa Ana em 1950 e da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, as quais no ano de 1969 passaram a denominar-se Casa Escolar Humberto de Alencar Castelo Branco, aprovada pelo governo em 31/12/71, sob nº. 1271, no Distrito de Bom Sucesso, município de Pato Branco. O Ginásio Estatuado Distrito de Bom Sucesso criado em 1971, conforme o decreto 21864 e com a inclusão do curso de 2º grau com habilitação básica em Administração no ano de 1981, sob a resolução nº356/81. Ainda em 1981, sob-resolução 1437/81 houve uma reorganização a Casa Escolar Humberto de Alencar Castelo Branco, o Ginásio Estadual do Distrito de Bom Sucesso e o Curso de 2º grau passaram a constituir um único estabelecimento de ensino “Colégio Estadual Castelo Branco – Ensino de 1º e 2º graus”.

A instituição possui como membros da comunidade escolar, a direção, equipe pedagógica, equipe administrativa, professores, pais e alunos, onde cada um representa o seu papel dentro de uma visão participativa. Contendo ainda o Conselho escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Grêmio Estudantil, que trabalham em conjunto para melhorar as práticas educativas, formando uma gestão democrática com participação de todos. Uma das práticas citadas no PPP é a Prática transformadora:

As mudanças importantes no comportamento humano, só ocorrem no decorrer dos anos é que se percebe uma forma concreta e visível de transformação na sociedade. As experiências pedagógicas devem está inter-relacionadas entre as disciplinas para que ocorra uma maior significação de visão constituindo assim, um programa educacional mais eficaz. São critérios orientadores básicos na construção de um plano, e organização de experiências de aprendizagens, são necessários: continuidade, seqüência e integração. Para que a comunidade escolar conseguir alcançar estes objetivos é necessário trabalhar categorias de valores, considerando-se o respeito pela dignidade e valor de todo ser humano, independente de sua raça, nacionalidade, ocupação, rendimento ou classe. (PPP, Escola Estadual castelo Branco, p. 31).

No PPP da escola consta de um plano de formação de professores, como uma formação continuada, que só é desenvolvido, juntamente com a Secretaria do Estado (SEED), algumas vezes no ano, junto com outras escolas, especialmente na escola estudada não é desenvolvida essa formação.

No tocante a prática transformadora no intuito de trabalhar valores com alunos que vem de comunidades muito carentes, somente a disciplina de ensino religioso fica com esse papel, trazendo textos, com histórias e exemplos, de valores humanos. O ensino religioso trata todas as religiões, não é focado somente para a igreja católica, que inclusive muitos pais não deixavam os filhos ir por ser de outras religiões, mas é para o aluno uma disciplina opcional, e não abrange o quesito de ensinar valores na escola.

É possível considerar que a escola desenvolve um projeto para se envolver com o meio ambiente por meio da realização da feira de ciências, realizada a cada dois anos. Os professores de cada disciplina organizam junto com seus alunos alguns trabalhos para serem apresentados. O que se percebe é que a feira de ciências é uma maneira de demonstração de alguns aspectos da vida do campo, expondo muitas antiguidades, como máquinas antigas,

instrumentos utilizados no passado, não contendo novas tecnologias, valorizando os dias atuais, com demonstração de novas sementes, novas maneiras de produção, que poderia ser atrativo para eles. O professor deve contextualizar com a disciplina que os alunos estão estudando, que é isso que a educação do campo tem que contemplar, envolver o aluno com sua realidade, que ele vai estudar na escola do campo e continuar vivendo no campo, aplicando seu conhecimento no meio em que ele vive.

Ainda todo ano é realizada uma festa junina com baile, com várias apresentações, os alunos resgatam a cultura de nosso país, e a festa é realizada com participação de toda a comunidade escolar. No entanto, a partir da experiência vivenciada junto a escola, observa-se que a festa junina que a escola realiza também é um exemplo que trata o homem do campo, “como atrasado”, no sentido das músicas, pois vai buscar as canções nordestinas de homem sofrido, não valoriza as produções locais, e as vestimentas retratam, pessoas pobres, que não sabem se vestir, como manda a etiqueta do homem da cidade.

Percebendo a grande importância dos PPPs nas escolas, precisamos trabalhar seguindo o que nele consta, e se tratando da gestão precisamos estar engajados e ser participativos. Para que o aprimoramento da educação e o desenvolvimento de cada aluno seja nossa busca diária.

A organização da matriz curricular, para o ano 2009 está organizada de forma a atender os 75% do núcleo comum e 25% da parte diversificada, que visa atingir as necessidades regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela sendo organicamente integrado à base nacional comum. (Parecer 15/98). (PPP, Escola Castelo Branco, p, 27).

Sabendo-se que o PPP é um documento que deve ser atualizado, com as mudanças que ocorrem na escola, vemos que esse se encontra desatualizado, pois ainda é do ano 2009. O currículo tem pouco destaque no PPP da escola, e fala somente em diversidades regionais, não constando um item específico de que maneira abordar as diversidades dos alunos do campo. Inclusive a professora que consta na disciplina de espanhol, é do ano de 2008,

2009, já passado duas outras professoras nesses novos anos e não foi atualizado.

Outro ponto que observa-se é que a escola com alunos do campo tem um horário diferente, pois os alunos vem de transporte público e isso no inverno e dias de chuva, faz com que os mesmos cheguem tarde em casa, e na escola, nunca teve esse ajuste de horário para suprir a demanda dos alunos do campo, sendo os mesmos a grande maioria.

Como citado no PPP, a escola atenderia as diversidades oriundas da cultura, economia, visando atingir a necessidades locais e regionais, o que na prática não é visto assim, os professores na sua maioria, não sabem quantos alunos frequentam e são do meio rural, e não sabendo isso, como vão poder contextualizar metodologias ao meio em que eles vivem.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma concepção de mundo diferente, que não seja uma educação baseada somente na empregabilidade da vida urbana, sinônimo de “sucesso”, mas valorizando também às possibilidade e vida no campo é um desafio. A escola pode contribuir ao assumir um papel desafiador, tentando socializar os sujeitos ao meio em que vivem, como no diz ARROYO, 1999, p.17

Um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situamos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia; a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos.

É possível repensar o currículo da Escola Estadual Castelo Branco de Bom Sucesso do Sul, fazendo adaptações conforme a realidade dos alunos, já que 65% deles são do meio rural, e pensar nos contextos que os mesmos estão inseridos, de maneira que eles sejam sujeitos respeitados na educação e sujeitos de valores para a escola e para si mesmos. Cada disciplina pode trabalhar a vida do campo, refletindo sobre o que esta dando certo nos dias atuais, os problemas do êxodo rural, o que acontece com as pessoas que vão para as cidades. Mostrar para o aluno que ele poderá ter uma melhor qualidade de vida no campo, exemplificando com depoimentos de pessoas de sucessos, os sujeitos do campo.

A respeito de inclusão de diversidades muito tem a ser feito, como escolas que recebem alunos do campo, precisariam ter um material específico para essas turmas, pois o livro didático da escola urbana não trabalha o contexto do homem do campo. O professor que escolheria o material e trabalharia com os dois, um com enfoque para vida urbana e outro para a vida rural. Contudo, podemos ver que é um desafio grande para a educação, pois dependemos dos governos para desenvolver os materiais didáticos, e a luta agora seria em busca desse material para a educação do campo.

Enfim, tudo que a educação conseguiu foi através de muitas lutas, e acreditamos que com o tempo muito vai ser conquistado, para beneficiar essa diversidade dos alunos, fazendo acontecer à educação inclusiva.

V. Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez & FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, dezembro de 1999.

CAVALCANTE, Gilma da Costa & SILVA, Maria Das Graças. **O Campo vai a Cidade: Escola Nucleada Urbana e o (des) encontro de Saberes e Práticas Educativas**. Disponível em: <
http://primeiro.seeja.com.br/Trabalhos/6%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Campo/Gilma%20C%20Cavalcante%20e%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20da%20Silva_OCampovaiaCidadeEscolaNucleadaUrbanaeoDesencontrodeSaberes.pdf > Acesso em 11/04/2014.

Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acesso em 23/06/2013.

Diretrizes Curriculares da Rede pública. Disponível em ambiente virtual, [cursos.nead.ufpr](http://cursos.nead.ufpr.br). Acesso 22/03/2014.

Histórico da Educação do campo no Brasil. Disponível em : <
[/www.google.com.br/webhp?source=search_app&gws_rd=cr#bav=on.2,or.r_cp.r_qf.&fp=d537c9c17eeb58b0&q=educa%C3%A7%C3%A3o+do+campo+historico](http://www.google.com.br/webhp?source=search_app&gws_rd=cr#bav=on.2,or.r_cp.r_qf.&fp=d537c9c17eeb58b0&q=educa%C3%A7%C3%A3o+do+campo+historico) > . Acesso em 07/08/2013.

Inclusão escolar: Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032004000100011&script=sci_arttext. Acesso em 12/02/2014.

Monografias, metodologia. Disponível em: <<http://www.cecimig.fae.ufmg.br/wp-content/uploads/2007/10/Monografia-final-B%C3%A1rbara-17.01.11.pdf>>. Acesso em 05/11/2013.

PAGLIA, Edmilson Cezar. **Práticas Pedagógicas em Educação do campo**. Organização: Edmilson Cezar Paglia; Ana Christina Duarte Pires; Diomar Augusto de Quadros; Maximiliano Sterna Budke; Nara Ângela dos Anjos; Silvana Cassia Hoeller. Curitiba: UFPR Litoral, 2010.

Pires, Ana Christina Duarte. **Gestão Democrática da Educação do Campo**.

Organização: Ana Christina Pires; Diomar Augusto de Quadros; Edmilson Cezar Paglia; Maximiliano Stersa Budke; Nara Ângela dos Anjos; Silvana Cassia HOeller. Curitiba: UFPR Litoral, 2010.

Processo histórico e político da Educação do Campo no Brasil. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/wanessad/historico-educao-do-campo-presentation>>. Acesso em 24/03/2014.

Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Castelo Branco, Bom Sucesso do Sul, 2013.

SIKORA, Denise. **A EDUCAÇÃO E SEUS CONDICIONANTES FRENTE AO ÊXODO RURAL**. Disponível em. < <https://www.google.com.br/#q=Observase+que+a+Educa%C3%A7%C3%A3o+do+Campo+%C3%A9+abordada+diferentemente+da+educa%C3%A7%C3%A3o+da+cidade%2C> > . Acesso em 09/04/2014.

NETO, Alfredo Veiga & LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, Exclusão, in/exclusão**. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>> 2011. Acesso em 30/04/2014.

VENTURA, PAULO CEZAR SANTOS. **Por uma pedagogia de projetos**: uma síntese introdutória. Disponível em ambiente virtual: <http://www.cursos.nead.ufpr.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=131415>>. Acesso em 04/12/2012.